

Relatório da administração

O Representante Legal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

 São Paulo, 24 de março de 2014.
 Hélio Lima Magalhães - Representante Legal.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2013	2012
Circulante		4.312.220	2.987.476
Disponibilidades	4	143	8.693
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.565.342	1.277.363
Aplicações em operações compromissadas		108.602	197.140
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.439.527	1.080.223
Aplicações em moedas estrangeiras		17.213	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		284.406	250.722
Instrumentos financeiros derivativos	7	31.219	4.084
Vinculados à prestação de garantias	6	253.187	246.638
Relações interfinanceiras		2.075.347	1.185.449
Créditos vinculados		95	45
Correspondentes no país		2.075.292	1.185.404
Operações de crédito	8	344.333	235.239
Operações de crédito - setor privado		344.339	235.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(66)	(484)
Outros créditos		41.641	29.189
Rendas a receber		8.237	6.788
Crédito tributário	9	16.855	9.433
Diversos	10	16.549	12.968
Outros valores e bens		1.008	821
Despesas antecipadas		2.075.292	1.185.404
Não circulante		284.578	310.375
Realizável a longo prazo		253.878	279.390
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	8.688	11.486
Instrumentos financeiros derivativos		8.688	11.486
Outros créditos		245.190	267.904
Crédito tributário	9	1.873	34.009
Diversos	10	243.317	233.895
Permanente		30.700	30.985
Investimentos	11	1.562	1.562
Outros investimentos		1.562	1.562
Imobilizado de uso	12	28.617	28.621
Imóveis de uso		66.197	66.197
Outras imobilizações de uso		14.857	14.857
Depreciações acumuladas		(52.437)	(52.433)
Diferido	13	521	802
Gastos de organização e expansão		56.289	56.814
Amortizações acumuladas		(56.808)	(56.012)
Total do Ativo		4.596.798	3.297.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2013	2012
Circulante		2.987.479	1.777.660
Relações interdependências		182	54
Recursos em trânsito de terceiros		192	54
Obrigações por empréstimos		7.520	-
Empréstimos no exterior		7.520	-
Obrigações por repasses do exterior		649.268	280.119
Repasses do exterior	14	649.268	280.119
Instrumentos financeiros derivativos	7	11.293	4.724
Instrumentos financeiros derivativos		11.293	4.724
Outras obrigações		2.319.216	1.492.763
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		106	88
Sociais e estatutárias		137	14
Fiscais e previdenciárias	15	75.976	71.512
Diversas	16	2.242.997	1.421.149
Não circulante		22.968	124.310
Obrigações por repasses do exterior		-	112.500
Repasses do exterior	14	-	112.500
Instrumentos financeiros derivativos	7	8.688	11.486
Instrumentos financeiros derivativos		8.688	11.486
Outras obrigações		14.280	324
Fiscais e previdenciárias	15	346	324
Diversas	16	13.934	-
Resultados de exercícios futuros		4.469	3.072
Resultados de exercícios futuros		4.469	3.072
Patrimônio líquido	18	1.581.882	1.392.809
Capital social		1.057.700	1.057.700
Reserva de capital		249	249
Reserva de lucros		530.815	349.014
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.882)	(14.154)
Total do Passivo		4.596.798	3.297.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Nota	realizado	Reserva capital	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2011		957.700	249	57.335	235.606	-	-	1.250.890	
Ajuste de avaliação patrimonial - adoção do CPC 33(R1)	2.b	-	-	-	-	(7.295)	-	(7.295)	
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2011		957.700	249	57.335	235.606	(7.295)	-	1.243.595	
Aumento de capital	18	100.000	-	-	-	-	100.000	100.000	
Ajustes de avaliação patrimonial - adoção do CPC 33(R1)	2.b	-	-	-	-	(6.859)	(6.859)	(6.859)	
Lucro líquido		30.700	-	-	-	-	30.700	30.700	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	
Reservas		-	-	2.804	-	-	56.073	56.073	
Dividendos	18	-	-	-	53.269	-	-	53.269	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.057.700	249	60.139	288.875	(14.154)	-	1.392.809	
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência a Saúde	2.b	-	-	-	-	7.272	-	7.272	
Lucro líquido		1.057.700	-	-	-	-	181.801	181.801	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	18	-	9.090	172.711	-	-	(181.801)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.057.700	249	69.229	461.586	(6.882)	-	1.581.882	
Saldos em 30 de junho de 2013		1.057.700	249	62.080	268.875	(14.154)	36.863	1.431.613	
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência a saúde	2.b	-	-	-	-	7.272	-	7.272	
Lucro líquido		1.057.700	-	-	-	-	142.997	142.997	
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	18	-	7.149	172.711	-	-	(179.860)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.057.700	249	69.229	461.586	(6.882)	-	1.581.882	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A atuação no Brasil é feita por meio de uma prática de todas as operações permitidas aos Bancos Comerciais, inclusive as de câmbio.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 24 de março de 2014.

b) Representação das demonstrações financeiras do exercício de 2012

a) A partir de 1 de janeiro de 2013 entrou em vigor o pronunciamento técnico CPC 33(R1) que trata dos aspectos contábeis de benefícios para funcionários. As principais alterações no balanço do Citi S.A. são: i) exclusão da possibilidade de utilização do método do corredor; ii) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). As remensurações do valor líquido de ativo ou passivo atuarial são reconhecidas contra ajustes de avaliação patrimonial e não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente; iii) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e iv) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A adoção do referido pronunciamento, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, ocasionou os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

Descrição balanço patrimonial	Publicado em dezembro 2012		Ajustes (nota 31)		Valor corrigido
	(1.406.995)	(14.154)	(14.154)	(1.421.149)	
Outras obrigações - Diversas	-	-	-	14.154	14.154
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	-

O Banco utilizou o método corredor em seus cálculos eram feitos anualmente e os efeitos reconhecidos no final do exercício, por esse motivo não há impacto no resultado do exercício.

3 | Principais práticas contábeis
a) Apreciação do resultado

Receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atinentes aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.
- Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- Operações de crédito** - São operações de crédito vinculadas a uma operação de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem taxa superior a 180 dias.

h) Permanente

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

iii. Diferido

Consoante Resolução nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, os valores capitalizados até 30 de setembro de 2008, devem permanecer neste subgrupo até sua completa amortização e novos valores não podem mais ser adicionados.

O ativo diferido é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, são considerados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%; e
- Benefetórias em imóveis de terceiros registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados com base no prazo do contrato de locação do imóvel.

i) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)
 O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como *ágio* e *marca*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Obrigações por repasses no exterior

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Conforme Carta-Circular nº 3.105 do Banco Central do Brasil os saldos credores apresentados por conta de resultados de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre obrigações por repasses no exterior, são reclassificados para a rubrica "Outras receitas operacionais".

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes

São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. Referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

- As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

l) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o Banco adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, revogando o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009, não provocou impacto relevante nas demonstrações financeiras da Entidade, pois as normas contábeis vigentes para esta instituição estão adequadas aos ditames desta Medida Provisória, não havendo ajustes contábeis que impactem a apuração de impostos.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Valores referenciais dos contratos	Exposição no balanço patrimonial			
	Ativo		Passivo	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos de NDF	36.830	321	327	(410)
Pessoas jurídicas	36.830	321	327	(410)
Contratos de swaps	1.096.678	5.098	15.243	(5.620)
Instituições financeiras - ligadas	843.500	3.760	3.419	(2.836)
Outras entidades ligadas - exterior	67.525	-	-	(925)
Instituições financeiras - oficiais	67.525	925	11.486	-
Pessoas jurídicas	118.128	413	338	(1.841)
Total	1.133.508	5.419	15.570	(6.006)

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos montam R\$ 1.896.022 (2012 - R\$ 1.133.508). Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	Semestre 2013		Exercício 2012	
Contratos				
Swap	37.223	100.528	14.542	-
NDF	6.500	845	(7.377)	-
Total	43.723	101.373	7.165	-

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2013		2012	
Operações de crédito				
Empréstimos e títulos descontados	2.171	3.994	-	-
Financiamentos	342.228	231.729	-	-
Total de operações de crédito	344.399	235.723	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66)	(484)	-	-
Total de operações de crédito	344.333	235.239	-	-

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	2013		2012	
AA	342.228	-	342.228	-
C	2.149	-	2.149	(64)
D	-	22	22	(2)
Total	344.377	22	344.399	(66)

Nível de Risco	Pessoas físicas		Outros serviços		Total	Provisão
AA	194.004	194.004	82,30	-	194.004	-
A	28.601	34	2.068	-	30.703	(154)
C	11.016	11.016	4,67	0,50%	11.016	(330)
Total	233.621	34	2.068	3,00%	235.723	(484)

c) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

Nível de Risco	Saldo da carteira		Saldo da provisão		Total	Provisão
AA	342.228	342.228	99,37	-	342.228	-
C	2.149	2.149	0,62	3,00%	2.149	(64)
D	22	22	0,01	10,00%	22	(2)
Total	344.399	344.399	100,00	3,00%	344.399	(66)

Nível de Risco	Saldo da carteira		Saldo da provisão		Total	Provisão
AA	194.004	194.004	82,30	-	194.004	-
A	30.703	30.703	13,03	0,50%	30.703	(154)
C	11.016	11.016	4,67	3,00%	11.016	(330)
Total	235.723	235.723	100,00	3,00%	235.723	(484)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2013		2012	
A vencer até 90 dias	8.243	6.379	-	-
De 91 a 360 dias	336.156	229.344	-	-
Total	344.399	235.723	-	-

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2013		2012	
10 maiores devedores	124.370	36,11	115.474	48,99
20 seguintes maiores devedores	104.977	30,48	59.713	25,33
50 seguintes maiores devedores	82.866	24,06	48.158	20,43
100 seguintes maiores devedores	29.001	8,42	12.378	5,25
Demais clientes	3.185	0,93	-	0,00
Total	344.399	100,00	235.723	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Semestre 2013		Exercícios 2012	
Saldo inicial	(319)	(484)	(438)	(438)
Reversões/(Constituições)	253	418	(46)	(46)
Saldo final	(66)	(66)	(484)	(484)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	294	817	267	267
Não houve renovações e créditos baixados para prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012.	-	-	-	-

g) Composição do resultado de operações de crédito

	Semestre 2013		Exercícios 2012	
Empréstimos	450	859	980	980
Financiamentos	24.190	35.567	26.557	26.557
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	294	817	267	267
Total	24.934	37.243	27.804	27.804

9 | Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, descritas na nota 31, a Administração da Entidade, constituiu parcialmente em 31 de dezembro de 2013, créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2013. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade da Entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários.

Os créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias totalizaram R\$ 277.646 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 303.029).

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2012		Realização 31/12/2013		Saldo em 31/12/2013	
Prejuízo fiscal	27.142	(15.446)	11.696	-	11.696	-
Total	27.142	(15.446)	11.696	-	11.696	-

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2012		Realização 31/12/2013		Saldo em 31/12/2013	
Base negativa de contribuição social	16.300	(9.268)	7.032	-	7.032	-
Total	16.300	(9.268)	7.032	-	7.032	-

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2011		Realização 31/12/2012		Saldo em 31/12/2012	
Prejuízo fiscal	36.472	(9.330)	27.142	-	27.142	-
Total	36.472	(9.330)	27.142	-	27.142	-

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2011		Realização 31/12/2012		Saldo em 31/12/2012	
Base negativa de contribuição social	16.300	(9.268)	7.032	-	7.032	-
Total	16.300	(9.268)	7.032	-	7.032	-

O valor presente dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, monta R\$ 16.768 (2012 - R\$ 36.195), descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

10 | Outros créditos - Diversos

	2013		2012	
Devedores por depósitos em garantia	-	243.317	-	233.895
Impostos e contribuições a compensar	-	-	11.378	-
Adiantamentos e antecipações	139	-	143	-
Pagamentos a ressarcir	1.182	-	1.397	-
Diversos	15.228	-	50	-
Total	16.549	243.317	12.968	233.895

11 | Investimentos

Os investimentos são compostos, basicamente, por participação societária na Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, no valor de R\$ 1.287 (2012 - R\$ 1.287) avaliado pelo custo de aquisição.

12 | Imobilizado de uso

	2013			2012		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Terenos	28.617	-	28.617	-	-	-
Edificações	37.579	(37.579)	-	-	-	-
Móveis e equipamentos de uso	1.469	(1.469)	-	-	-	-
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)	-	-	-	-
Sistemas de comunicação - equipamentos	2.386	(2.386)	-	-	-	-
Sistemas de segurança	5.996	(5.996)	-	-	-	-
Total	81.054	(52.437)	28.617	-	-	-

13 | Diferido

	2013			2012		
	Custo	Amortização	Residual	Custo	Amortização	Residual
Instalação e adaptação de dependências	52.397	(51.876)	521	-	-	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	4.302	(4.302)	-	-	-	-
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciários	30	(4.382)	-	-	-	-
Total	56.809	(56.288)	521	-	-	-

	2013			2012		
	Custo	Amortização	Residual	Custo	Amortização	Residual
Instalação e adaptação de dependências	52.402	(51.600)	802	-	-	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	30	(4.382)	-	-	-	-
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciários	432	(4.382)	-	-	-	-
Total	56.814	(56.012)	802	-	-	-

14 | Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 0,24% à 0,49% ao ano (2012 - de 0,31% à 0,64% ao ano).

	2013		2012	
De 91 a 360 dias	339.045	339.045	230.933	230.933
Vinculados a repasses a mutuários	310.223	310.223	161.686	161.686
Vinculados a títulos federais	649.268	649.268	392.619	392.619

15 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2013		2012	
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	39.651	39.651	38.427	38.427
Impostos e contribuições a recolher	1.317	-	820	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.767	-	311	-
Provisão para riscos fiscais (nota 17)	33.241	346	31.954	324
Total	75.976	346	71.512	324

16 | Outras obrigações - Diversas

	2013		2012	
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	132.376	-	189.806	-
Credores diversos - banco mandatário (1)	2.089.020	-	1.185.365	-
Provisão de plano médico - benefício pós-emprego (2)	-	13.934	24.931	-
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	21.559	-	21.005	-
Diversas	42	-	42	-
Total	2.242.997	13.934	1.421.149	-

(1) Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.
(2) Refere-se ao déficit do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada.
(3) Refere-se a valores de provisão referentes ao bônus e férias a serem pagos aos funcionários.

17 | Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2013		2012	
Provisão para riscos fiscais (1)	33.241	346	31.954	324
Provisão para contingências trabalhistas (2)	2.074	-	5.067	-
Provisão para outros passivos contingentes - cíveis (2)	130.302	-	184.739	-
Total	165.617	346	221.760	324

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Banco tem constituído provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelos seguintes casos:
• **Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 24.658 (2012 - R\$ 23.665)** - Trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal (Lei 11.941/2009), aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.
• **Cível - Ação indenizatória - R\$ 86.910 (2012 - R\$ 146.779)** - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de 2ª instância favorável à Entidade.

(2) A Entidade adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, e a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas em curso.
Contingências classificadas com risco de perda possível
Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos cíveis no montante de R\$ 295.466 (2012 - R\$ 258.036), e processos fiscais no montante de R\$ 59.780 (2012 - R\$ 56.302) compostas basicamente pelos seguintes casos:
• **Planos econômicos - R\$ 295.466 (2012 - R\$ 258.036)** - Trata-se de processos em que o cliente pleiteia o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. Aguarda-se decisão requerida em 3ª instância pela autora.
• **PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 57.639 (2012 - R\$ 54.808)** - Trata-se de processo em que discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de segunda instância administrativa.

A Entidade optou por desistir de processos administrativos de compensação de tributos nos termos da Lei 12.865 de 09 de outubro de 2013, mediante pagamento à vista, em 31 de dezembro de 2013 aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Para tanto houve constituição e utilização de provisão no montante de R\$ 2.413. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 3.316.

b) Movimentação das conting

continuação...

Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria externa,
 - (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas,
 - (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.
- O Comitê reuniu-se formalmente por treze vezes, de 1º de janeiro de 2013 à 24 de março de 2014, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Administração do
Citibank, N.A. - Filial Brasileira
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue padrões e o planejamento estabelecido pela Matriz, sendo que para todas as áreas auditadas são emitidos relatórios formais que são incluídos no sistema global do departamento de Auditoria Interna.

c. Prosseguiu com o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Controles Internos e Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.

d. Em atendimento a Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e Circulares nº 3.501/10 e nº 3.503/10, do Banco Central do Brasil, o Comitê de Auditoria analisou:

- (i) o relatório quantitativo e qualitativo sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;
- (ii) o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e
- (iii) relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria. Constatou que a estrutura de Ouvidoria está compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos e serviços.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a

e. Em sessão realizada em 24 de março, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como dos pontos de atenção e das recomendações registradas no Relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e acompanhamento das providências adotadas pela Administração para as recomendações de melhoria nos controles da Instituição.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2013.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 24 de março de 2014

Comitê de Auditoria

avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



São Paulo, 24 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7